

Cálculo gera novas idéias

São inúmeras, também, as propostas de critérios para cálculo dos reajustes salariais. O deputado Mendes Thame (PSDB/SP) quer a obrigatoriedade das partes da convenção ou acordo coletivo de prever sistemática de reajustamento salarial que dificilmente é obtida em datas-base, através da livre negociação. Outro parlamentar paulista, Koyu Iha, também do PSDB, apela para o princípio da irredutibilidade dos salários para fundamentar novos critérios de reposição de perdas salariais com relação à inflação, assim como à garantia constitucional de manutenção do poder aquisitivo do trabalhador. O deputado Paulo Paim (PT/RS), campeão de projetos sobre a questão salarial, tem uma proposta de reajuste mensal em percentual igual à variação do INPC e pede

antecipações quinzenais de no mínimo, 50 por cento.

Entre as 74 matérias tramitando estão também projetos de pisos salariais por categorias, como médicos, dentistas, advogados e professores, e a regulamentação e piso de técnicos de processamento eletrônico de dados, empregados domésticos e até de camelô. A aposentadoria de garimpeiros está num projeto do deputado Uldurico Pinto (PMDB/BA) e pelo menos três projetos da Câmara já foram anexados à proposta do Senado que estabelece a participação dos trabalhadores no lucro das empresas, pronto para a Ordem do Dia. Todos os projetos têm futuro incerto, ainda que cheguem através de requerimentos de urgência à pauta de votação. Quando o assunto é salário, nada se vota no Parlamento sem longas e tumultuadas negociações. E, se por caso, beneficiam o trabalhador e chegam à sanção presidencial, normalmente retornam ao Congresso, na forma de veto.